

# EDUARDO BRITO

CORREIO BRAZILIENSE

Sem recuos

Senado

06 JUN 1990

Era dia de fazer contas. o que significa que ambos os lados, Governo e oposição, estavam desde o princípio prelevando um embate no Congresso. Mesmo os sindicalistas que se encontraram com os ministros da Justiça e da Fazenda procuraram contatos em Brasília para saber se era verdade que já havia do lado do Governo 'votos suficientes para forçar a aprovação da Medida Provisória n° 184 e a aceitação da Medida Provisória n° 190, a dos dissídios. No final, ela foi para a comissão de Constituição do Senado. E está em vigor.



A preocupação de todos os lados não se referia, claro, apenas à tramitação das duas Medidas, mas também à certeza de que outros enfrentamentos poderiam ocorrer em futuro breve, uma vez que a administração do plano econômico não deverá prescindir de outros atos com passagem obrigatória pelo Congresso. E nem Governo, nem Oposição dão sinais de que poderão rever sua postura.

A promessa de entregar a lista dos que retiraram quantias maiores de NCz\$ 500 mil antes da decretação do plano, feita pela ministra Zélia Cardoso de Mello, chegou a ser saudada como o primeiro recuo do governo Collor. A verdade é que nem a ministra, nem a coordenação política do Governo imaginavam que o choque em torno da lista poderia chegar ao ponto que alcançou.

Desde o começo a questão era vista como algo menor, que poderia cair no esquecimento, não só porque havia na economia discussões de repercussão bem mais ampla como também porque, rigorosamente falando, a lista em si não provaria muita coisa — a não ser em caso de surgirem pessoas muito próximas ao Governo com retiradas de vulto para fins não comprováveis. Duvida-se aliás

de que isso pudesse ter sido feito sem que alguém, nos próprios bancos, colocasse a boca no mundo, como aconteceu com o governador de Alagoas.

O senador Jamil Haddad insistiu, porém, e a reação da ministra não foi hábil, politicamente falando. Os líderes do Governo constataram sem dificuldades que sua derrota seria certa, caso o Senado votasse a exigência em plenário, na segunda-feira. Contornou-se a situação e o prazo pedido pela ministra deverá ser aceito, embora o luto pela morte do ex-ministro Luiz Viana Filho tenha evitado ontem a votação.

Aliás, justamente o luto prejudicou também os cálculos de vários dos líderes e vice-líderes empenhados no balanço das forças para a sessão do Congresso, à noite. Muitos parlamentares, dando como certa a suspensão da sessão, desistiram de vir a Brasília — embora ainda pela manhã se tivesse decidido mantê-la.

O recuo na questão das listas de retiradas pode até ser considerado o primeiro de uma série, como faziam alguns opositoristas. No entanto, constitui um movimento pequeno demais para que se possa nele identificar uma tendência.

É o que mostrava ontem o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, ao afirmar que o Governo não quer do Congresso uma parceria, mas apenas a aprovação do que fixar. Como essa aprovação vem sendo obtida também via cooptação, explica-se inclusive a reação negativa de importantes setores do Executivo ao diálogo com os parlamentares, para eles ainda imbuídos do franciscano princípio de que é dando que se recebe. Para Ibsen, essa deformação decorre não apenas de fatores históricos, mas também da própria forma de agir do Governo. Não há à vista nenhum sinal de recuo, nesse ponto, por parte do Planalto.

Sem precisar medir forças, a Medida 190 foi para a Comissão de Constituição do Senado, onde o Governo perdeu a votação da ministra Zélia. No caso, porém, o jogo parece equilibrado e, seja qual for o resultado, terá outros rounds enquanto isso, a medida está em vigor.